

18 JUN 1996

# JORNAL DA TARDE

## Nova estratégia

Animado com os sinais cada vez mais evidentes de reaquecimento das atividades econômicas, o presidente Fernando Henrique Cardoso, às vésperas do segundo aniversário do Plano Real, resolveu alterar a estratégia política que vinha adotando até aqui. Sem abandonar as emendas constitucionais de reforma administrativa, de reforma tributária e de reforma previdenciária, a partir de agora irá concentrar seus esforços na aprovação de medidas pontuais que permitam modificações estruturais nessas três áreas sem necessidade de modificações na Constituição. Os instrumentos do governo serão medidas provisórias, projetos de lei, decretos e portarias ministeriais e presidenciais.

O presidente considera que seu governo cometeu um erro, ao concentrar demasiada atenção nessas três emendas constitucionais, transmitindo, assim, à opinião pública a impressão de que, sem elas, o Plano Real estará liquidado. Com isso, a cada dificuldade na tramitação das emendas no Congresso criava-se um clima de apreensão e de pessimismo, prejudicial ao programa de estabilização que, em parte, depende da confiança e das expectativas positivas dos agentes econômicos, internos e externos. Isso deixou o governo à mercê de chantagens de grupos e lobbies parlamentares, dada a exigência de maioria de três quintos em duas votações na Câmara e duas no Senado, para a aprovação das emendas constitucionais.

Agora, Fernando Henrique pretende demonstrar à sociedade que as reformas constitucionais, embora continuem absolutamente necessárias, são tarefa de longo prazo a ser completada por outros governos, não sendo vitais, no momento, para a consolidação do plano de estabilização da economia, uma vez que as mudanças essenciais para garantir essa consolidação podem ser feitas por meio de legislações que são aprovadas por maiores simples — medidas provisórias, projetos de lei, decretos e até portarias —, o que representará uma enorme

economia de tempo e também de dinheiro (nas negociações com o Congresso).

O presidente está endossando, assim, opiniões antigas de alguns economistas e juristas de fora do governo que sempre disseram ser possível fazer várias mudanças no sistema previdenciário, no sistema tributário e na administração pública sem precisar tocar na Constituição. Um exemplo do erro cometido pelo governo, ao tentar fazer tudo pela reforma da Constituição, é o caso da limitação da contribuição das empresas estatais aos fundos de pensão de seus empregados, rejeitada pelos deputados na semana passada. O governo, depois de derrotado, decidiu resolver a questão por medida provisória, o que já poderia ter feito há mais de um ano.

Pelos cálculos dos líderes governistas na Câmara, onde o governo enfrenta as maiores dificuldades, há 280 deputados fiéis ao Palácio do Planalto, e mais 100 flutuantes, maioria mais do que suficiente para aprovar esse tipo de legislação.

Esse esquema vai funcionar também para as reformas da Previdência e administrativa. Quanto a esta última, aliás, o governo pretende reduzir a abrangência da proposta do relator, deputado Moreira Franco, concentrando-se, inicialmente, em três itens: estabilidade, teto salarial dos servidores e acumulação e, de acordo com o novo esquema, deverá apresentar nos próximos dias medidas provisórias, decretos e portarias que permitirão a demissão voluntária de cerca de 40 mil servidores, segundo as expectativas do Ministério da Administração, e o corte de cargos comissionados, gratificações e outras despesas com pessoal.

Com essas providências e as novas medidas que estão sendo preparadas para estimular ainda mais a atividade econômica, o presidente da República poderá restabelecer a confiança da opinião pública em seu governo, um pouco abalada desde que as reformas estruturais começaram a patinar no Congresso e ele exagerou nas concessões aos grupos fisiológicos dos partidos.